

4 Ato administrativo. 4.1 Conceito, requisitos e atributos. 4.2 Comunicação dos atos administrativos. 4.3 Anulação, revogação e convalidação. 4.4 Discricionariedade e vinculação.

## **2023 CEBRASPE FNDE**

Acerca da administração pública e dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item seguinte, conforme o entendimento adotado pelo STF.

O ato administrativo restritivo de publicidade deve ser motivado de forma concreta, objetiva, específica e formal, sendo hipótese de anulabilidade o caso em que o ato se apresente genérico e sem fundamentação válida.

## Gabarito: Errado

“O ato de qualquer dos poderes públicos restritivo de publicidade deve ser motivado de forma concreta, objetiva, específica e formal, sendo nulos os atos públicos que imponham, genericamente e sem fundamentação válida, restrição ao direito fundamental à informação”.

(ADPF 872, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 15/08/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 25-08-2023 PUBLIC 28-08-2023)

## 2023 CEBRASPE FNDE

Com relação à administração pública e à nacionalidade, julgue o próximo item, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

A administração pública pode revogar seus próprios atos ilegais, por motivo de conveniência ou oportunidade, quando estiverem eivados de vícios que resultem em sua nulidade.

## Gabarito: Errado

**Revogação** é o mecanismo administrativo pelo qual um ato legal e válido é extinto pela administração pública. Esta extinção é fundamentada na avaliação de que, embora o ato esteja em conformidade com a lei, ele não mais atende aos interesses de conveniência ou oportunidade do momento. Portanto, se trata de uma escolha baseada no mérito do ato administrativo.

Em contraste, a **anulação** é a retirada do ordenamento jurídico de um ato viciado, seja por ilegalidade ou ilegitimidade. O ato anulado é reconhecido como nulo desde sua origem. A administração pública possui o dever de anular tais atos para restabelecer a conformidade com o princípio da legalidade, que dita que as ações administrativas devem ser pautadas pela lei.

## **2023 CEBRASPE FNDE**

Considerando os princípios do direito administrativo e os atos administrativos, julgue o item a seguir.

O voto é um ato administrativo que não admite revogação.

## Gabarito: Correto

Consoante a Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, existem alguns atos que não podem ser revogados, por exemplo: Atos que já exauriram os seus efeitos, atos vinculados, atos que geraram direitos adquiridos, atos integrativos e meros atos administrativos. Neste último, a professora aduz que: “(...) **a revogação não pode atingir os meros atos administrativos, como certidões, atestados, votos, porque os efeitos deles decorrentes são estabelecidos pela lei**”

## 2023 CEBRASPE TBG

Em relação aos atos administrativos, julgue o item a seguir.

O ato de avocação materializa-se quando a autoridade que detém posição hierárquica superior centraliza em si a responsabilidade de tomar decisões que, originalmente, seriam da competência de um agente de menor hierarquia.



**Gabarito: Certo**

“Lei 9.784/99 - Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior”.

**Atos Jurídicos**

manifestação da vontade humana que visa à produção de efeitos jurídicos.

edital de concurso público

**Atos Ajurídicos  
(Fatos Administrativos)**

não têm a finalidade de produzir efeitos jurídicos, embora possam produzir tais efeitos.

morte de servidor público, cujo efeito é a vacância do cargo

# Atos da Administração

Atos políticos:	Exercício da função política. Ex.: veto presidencial.
Atos de direito privado:	Atos da administração pública regidos pelo direito privado. P. ex.: contratos de locação comercial feitos por sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas.
Atos administrativos:	Atos por meios dos quais a Administração pública atua, no exercício da função administrativa, sob o regime de direito público e ensejando manifestação de vontade do Estado ou de quem lhe faça as vezes. P. ex. multas de trânsito.

## **Conceito de Ato Administrativo**

**declaração do Estado ou de quem  
lhe faça as vezes**

**sujeita-se a regime jurídico  
administrativo**

**produz efeitos jurídicos imediatos**

**é sempre passível de controle  
judicial**

Elementos (Requisitos)	
Competência	
Finalidade	
Forma	
Motivo	
Objeto	

Elementos (Requisitos)	Atos Vinculados	Atos Discricionários
<b>Competência</b>		
<b>Finalidade</b>		
<b>Forma</b>		
<b>Motivo</b>		
<b>Objeto</b>		

## Delegação

Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial

## Avocação

Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior

## Não podem ser objeto de delegação

I - a edição de atos de caráter **no**rmativo

II - a decisão de **r**ecursos **a**dministrativos

III - as matérias de **c**ompetência **e**xclusiva do órgão ou autoridade



## Convalidação

“Em decisão na qual se evidencie **não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros**, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados **pela própria Administração**”.

**não acarretarem lesão ao interesse público**

**nem prejuízo a terceiros**

**defeitos sanáveis**

**pela própria Administração**

FORMAS DE CONVALIDAÇÃO	CONCEITO	EXEMPLO
- <b>Ratificação</b>	É o ato administrativo pelo qual o órgão competente decide sanar um ato inválido anteriormente praticado, suprimindo a ilegalidade que o vicia.	Um ato com vício de forma pode ser posteriormente ratificado com a adoção da forma legal. O mesmo se dá com o vício de competência.
- <b>Reforma</b>	Admita que novo ato suprima a parte inválida do ato anterior, mantendo sua parte válida.	Ato anterior concedia licença e férias a um servidor; se se verifica depois que não tinha direito à licença. Pratica-se novo ato retirando a parte anterior e se ratifica a parte relativa às férias.
- <b>Conversão</b>	A Administração, depois de retirar a parte inválida do ato anterior, processa a sua substituição por uma nova parte, de modo que o novo ato passa a conter a parte válida do ato anterior e uma nova parte, nascida com o aproveitamento.	Um ato promoveu A e B por merecimento e antiguidade, respectivamente, verificando após que não deveria ser B, mas C o promovido por antiguidade. Pratica-se novo ato mantendo a promoção de A e insere a de C, retirando a de B.

<b>Motivo</b>	<b>Pressupostos de fato de fato e de direito que ensejam a prática do ato administrativo</b>
<b>Motivação</b>	Exposição dos motivos
<b>Móvel</b>	Intenção com que se pratica o ato
<b>Teoria dos Motivos Determinantes</b>	O agente se vincula aos motivos expostos na prática do ato

## Motivação obrigatória para os atos que

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;

**IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;**

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

**VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.**

**Mérito Administrativo**

**Conveniência + Oportunidade**

**Motivo + Objeto**

## Atributos

**P**resunção de Legitimidade

**A**uto-executoriedade

**T**ipicidade

**I**mperatividade